



# ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XX — N.º 75

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 10 DE NOVEMBRO DE 1965

**ATA DA SESSÃO SOLENE  
DESTINADA A HOMENAGEAR  
SUA MAJESTADE  
BAUDOUIN, REI DOS BELGAS,  
EM 10 DE NOVEMBRO  
DE 1965.**

**ATA DA 100ª SESSÃO CONJUNTA,  
EM 9 DE NOVEMBRO  
DE 1965**

**3ª Sessão Legislativa,  
da 5ª Legislatura**

**RESIDÊNCIA DOS SRs.: MOURA  
ANDRADE E ADALBERTO SENA.**

As 21 horas e 30 minutos,  
acham-se presentes os Senhores  
Senadores:

Adalberto Sena.  
José Guilomard.  
Oscar Passos.  
Vivaldo Lima.  
Edmundo Levi.  
Arthur Virgílio.  
Zacharias de Assumpção.  
Cattete Pinheiro.  
Eugênio Barros.  
Sebastião Archer.  
Joaquim Parente.  
José Cândido.  
Sigefredo Pacheco.  
Menezes Pimentel.  
Wilson Gonçalves.  
Dix-Huit Rosado.  
Dinarte Mariz.  
Walfredo Gurgel.  
João Agripino.  
Barros Carvalho.  
Pessoa de Queiroz.  
Silvestre Péricles.  
Rui Palmeira.  
Arnon de Melo.  
Heribaldo Vieira.  
Júlio Leite.  
José Leite.  
Eduardo Catalão.  
Josaphat Marinho.  
Jefferson de Aguiar.  
Eurico Rezende.  
Raul Giubetti.  
Vasconcelos Torres.  
Aurélio Vianna.  
Milton Campos.  
Benedicto Valladares.  
Nogueira da Gama.  
Lino de Mattos.  
Moura Andrade.  
João Abraham.  
Pedro Ludovico.  
Lopes da Costa.  
Bezerra Neto.  
Adolpho Franco.  
Mello Braga.  
Antônio Carlos.  
Atílio Fontana.  
Guilherme Mondim.  
Daniel Krieger.  
Mem de Sá (50).

### CONGRESSO NACIONAL

**E os Senhores Deputados:**

**Acre:**  
Altino Machado.  
Armando Leite.  
Geraldo Mesquita.  
Jorge Kalume.  
Mário Maia.  
Rui Lino.  
Wanderley Dantas.

**Amazonas:**  
Djalma Passos.  
José Esteves.  
Leopoldo Peres.  
Paulo Coelho.  
Wilson Calmon (23-1-66).  
Antunes Oliveira.

**Pará:**  
Adriano Gonçalves (9-11-65).  
Burlamaqui de Miranda.  
Gabriel Hermes.  
Gilberto Campelo Azeveda.  
Lopo Castro.  
Stelio Maroja.  
Waldemar Guimarães.

**Maranhão:**  
Alexandre Costa.  
Cid Carvalho.  
Clodomir Millet.  
Eurico Ribeiro.  
Henrique La Rocque.  
Ivar Saldanha.  
Joel Barbosa.  
José Burnett.  
José Sarney.  
Lister Caldas.  
Luiz Coelho.  
Mattos Carvalho.  
Pedro Braga.  
Renato Archer.

**Piauí:**  
Chagas Rodrigues.  
Dyrno Pires.  
Ezequias Costa.  
Gavoso e Almeida.  
Heltor Cavalcanti.  
João Mendes Olímpio.  
Moura Santos.

**Ceará:**  
Alfredo Barreira (22-11-65).  
Alvaro Lins.  
Dager Serra (22-10-65).  
Edilson Melo Távora.  
Esmerino Arruda.  
Euclides Wicar.  
Flávio Marçallo.  
Francisco Adeodato.  
Furtado Leite.  
Leão Sampaio.  
Lourenço Colares (10-12-65).  
Martins Rodrigues.  
Oziris Pontes.  
Percilio Teixeira (19-11-65).  
Paulo Sarasate.  
Ubirajara Ceará (28-12-65).

**Rio Grande do Norte:**  
Clovis Motta.  
Odilon Ribeiro Coutinho.

**Paraíba:**

Emamy Sátiro.  
Flaviano Ribeiro.  
Humberto Lucena.  
Janduhy Carneiro.  
João Fernandes.  
Luiz Bronzeado.  
Plínio Lemos.  
Raul de Góes.

**Pernambuco:**

Aderbal Jurema.  
Alde Sampaio.  
Andrade Lima Filho.  
Arruda Câmara.  
Augusto Novaes.  
Aurino Valois.  
Bezerra Leite.  
Costa Cavalcanti.  
Dias Lins.  
Geraldo Guedes.  
João Cleofas.  
José Meira.  
Luiz Pereira.  
Magalhães Melo.  
Milvernes Lima.  
Nilo Coelho.  
Oswaldo Lima Filho.  
Souto Maior.  
Tabosa de Almeida.

**Alagoas:**

Abrahão Moura.  
Medeiros Neto.  
Oceano Carleial.  
Oseas Cardoso.  
Pereira Lúcio.  
Segismundo Andrade.

**Sergipe:**

Arnaldo Garcez.  
José Carlos Teixeira.  
Lourival Batista.  
Machado Rollemberg.  
Walter Batista.

**Bahia:**

Aloysio Short (4-12-65).  
Antonio Carlos Magalhães.  
Aloisio de Castro.  
Cícero Dantas.  
Edgard Pereira.  
Edvaldo Flores (4-12-65).  
Gastão Pedreira.  
Heltor Dias.  
Henrique Lima.  
João Alves.  
Josaphat Borges.  
Luna Freire.  
Manoel Novaes.  
Mário Piva.  
Necy Novaes.  
Oliveira Brito.  
Pedro Catalão.  
Raimundo Brito.  
Régis Pacheco.  
Ruy Santos.  
Teófilo de Albuquerque.  
Tourinho Dantas.  
Vieira de Melo.  
Vasco Filho.  
Wilson Falcão.

**Espírito Santo:**

Direcu Cardoso.  
Dulcino Monteiro.  
Florianio Rubin.  
Gil Veloso.  
Oswaldo Zanella.  
Raymundo de Andrade.

**Rio de Janeiro:**

Adahuri Fernandes (4-12-65).  
Adolpho Oliveira.  
Ario Teodoro.  
Bernardo Bello.  
Carlos Werneck.  
Dado Coimbra.  
Edésio Nunes.  
Edilberto de Castro.  
Geremias Pontes.  
Glênio Martins.  
Jorge Said-Cury (3-11-65).  
Josemaria Ribeiro.  
Raymundo Padilha.  
Roberto Saturnino.  
Heli R. Gomes.

**Guanabara:**

Afonso Arinos Filho (M.E.).  
Aliomar Baleeiro.  
Arnaldo Nogueira.  
Aureo Melo.  
Baeta Neves.  
Benjamin Farah.  
Breno da Silveira.  
Cardoso de Menezes.  
Eurico Oliveira.  
Expedito Rodrigues.  
Hamilton Nogueira.  
Jamil Amiden.  
Mendes de Moraes.  
Nelson Carneiro.  
Noronha Filho.  
Waldir Simões.

**Minas Gerais:**

Abel Rafael.  
Amintas de Barros.  
Bento Gonçalves.  
Bias Fortes.  
Bilac Pinto.  
Celso Murta.  
Celso Passos.  
Cyro Maciel (S.E.).  
Dnar Mendes.  
Francelino Pereira.  
Geraldo Freire.  
Guilhermino de Oliveira.  
Horácio Bethônico.  
Jaeder Albergaria.  
João Hercúlio.  
José Bonifácio.  
José Bonifácio.  
José Humberto (S.E.).  
Manoel de Almeida.  
Manoel Taveira.  
Milton Reis.  
Nogueira de Rezende.  
Ormeo Botelho.  
Ovidio de Abreu.  
Ozanam Coelho.  
Padre Nobre.  
Padre Viçigal.  
Paulo Freire.  
Pedro Aleixo.  
Simão da Cunha.

Último de Carvalho.  
Walter Passos.

São Paulo:

Adrião Bernardes.  
Afrânio de Oliveira.  
Alceu de Carvalho.  
Aniz Badra.  
Antônio Feliciano.  
Athié Coury.  
Batista Ramos.  
Broca Filho.  
Campos Vergal.  
Carvalho Sobrinho.  
Celso Amaral.  
Condeixa Filho (S.E.).  
Cunha Bueno.  
Derville Alegratti.  
Ewáldo Pinto.  
Franco Montoro.  
Germival Feijó.  
Harry Normaton.  
Hamilton Prado.  
Hélio Maghenzan.  
Henrique Turner.  
Herbert Levy.  
Italo Pittipaldi (S.E.).  
José Barbosa.  
José Menck.  
José Resegue.  
Lacôrte Vitale.  
Lauro Cruz.  
Lino Morgantili.  
Mário Covas.  
Maurício Goulart.  
Nicolau Tuma.  
Pacheco Chaves.  
Padre Godinho.  
Paulo Lauro (1-12-65).  
Pedro Marão.  
Pedroso Júnior.  
Pinheiro Brisolla.  
Plínio Salgado.  
Sussumu Hirata.  
Teófilo Andrade.  
Tufy Nassif.  
Ulisses Guimarães.  
Yukishigue Tamura.

Goiás:

Anísio Rocha.  
Benedito Vaz.  
Castro Costa.  
Celestino Filho.  
Emival Caiado.  
Geraldo de Pina.  
Haroldo Duarte.  
Jales Machado.  
José Freire.  
Ludovico de Almeida.  
Peixoto da Silveira.  
Rezende Monteiro.

Mato Grosso:

Correia da Costa.  
Edison Garcia.  
Miguel Marcondes.  
Rachid Mamed.  
Saldanha Derzi.  
Wilson Martins.

Paraná:

Antônio Annibelli.  
Antônio Baby.  
Braga Ramos.  
Elias Nacle.  
Emílio Gomes.  
Fernando Gama.  
Ivan Luz.  
Jorge Curt.  
José Richa.  
Lyrio Bertolli.  
Maia Neto.  
Miguel Buffara.  
Mário Gomes.  
Minoro Miyamoto.  
Newton Carneiro.  
Plínio Costa.  
Rafael Rezende.  
Renato Celidônio.  
Wilson Chedid.  
Zacarias Seleme.

Santa Catarina:

Albino Zeni.  
Antônio Almeida.  
Aroldo Carvalho.  
Carneiro de Loyola.  
Dionício de Freitas.  
Doutel de Andrade.  
Laerte Vieira.

## EXPEDIENTE

### DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES  
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO  
FLORIANO GUIMARÃES

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASÍLIA

### ASSINATURAS

#### REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior	
Semestre .....	Cr\$ 50,0
Ano .....	Cr\$ 96,0
Exterior	
Ano .....	Cr\$ 136,0

#### FUNCIONÁRIOS

Capital e Interior	
Semestre .....	Cr\$ 39,0
Ano .....	Cr\$ 76,0
Exterior	
Ano .....	Cr\$ 108,0

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

Lenoir Vargas.  
Orlando Bertoli.  
Osni Régis.  
Pedro Zimmermann.  
Rio Grande do Sul:  
Adílio Viana.  
Afonso Anschau.  
Antônio Bresolin.  
Ary Alcântara.  
Brito Filho.  
César Prieto.  
Clóvis Pestana.  
Croacy de Oliveira.  
Euclides Triches.  
Flôres Soares.  
Floriano Paixão.  
Jairo Tum.  
José Mandelli.  
Lino Braun.  
Luciano Machado.  
Marcial Terra (M.E.).  
Matheus Schmidt.  
Milton Cassel (S.E.).  
Norberto Schmidt.  
Osmar Grafulha.  
Peracchi Barcelos.  
Raul Pila.  
Ruzen Alves.  
Tarso Dutra.  
Unifrio Machado.  
Zaire Nunes.

Amapá:

Janary Nunes.

Rondônia:

Hegle Morhy

Roraima:

Francisco Elesbão (308).

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — As listas de presença acusam o comparecimento de 50 Srs. Senadores e 308 Srs. Deputados, num total de 358 Srs. Congressistas.

Havendo número legal, declaro aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Senhor Segundo Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O Senhor Primeiro Secretário lê o seguinte:

#### RELATÓRIO

Nº 88, DE 1965

Da Comissão Mista, encarregada de relatar o veto parcial do Projeto de Lei do Senado nº 179, de 1963 (número 2.287-64 na Câmara), que regula o exercício da profissão de Técnico de Administração.

Relator: Sr. Wilson Gonçalves.

O Sr. Presidente da República, pela Mensagem nº 727, de 9 de setembro do presente ano, comunicou que, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 70, § 1º e 87, II, da Constituição Federal, vetou, parcialmente, o Projeto de Lei do Senado nº 179, de 1963 (nº 2.287-64, na Câmara), que dispõe sobre a profissão de Técnico de Administração, e dá outras providências.

#### ORIGEM DO PROJETO

O projeto é originário do Senado Federal, tendo sido apresentado pelo eminente Senador Wilson Gonçalves.

Após justificá-lo, seu ilustre autor declara que há necessidade inadiável de se regulamentar a profissão de Técnico de Administração, para que se cumpram as tarefas inerentes à administração pública e privada do Brasil conferidas aos profissionais incumbidos de assessoria administrativa, de chefia e direção, em todos os níveis da administração.

#### TRAMITAÇÃO DO PROJETO

Com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, a proposição foi, igualmente, aprovada na Comissão de Legislação Social, que lhe ofereceu 3 emendas.

A Comissão de Serviço Público Civil, considerando os aspectos do pro-

jeto que lhe são dados, regimentalmente, apreciar, opinou pela sua aprovação e das emendas da Comissão de Legislação Social.

Chamada a opinar, em virtude de parecer prévio da Comissão de Finanças, tendo em vista as implicações do projeto com assuntos educacionais, a Comissão de Educação e Cultura, no intuito de sanar algumas de suas imperfeições e de ajustá-lo às prescrições legais sobre o ensino, ofereceu-lhe treze emendas, tendo-se manifestado, ainda, contrário à emenda número 1, da Comissão de Legislação Social.

Finalmente, a Comissão de Finanças aprovou o projeto com as emendas de ns. 2 e 3 da Comissão de Legislação Social, manifestando-se contrária à emenda nº 1, desta mesma Comissão, e favorável às treze emendas da Comissão de Educação e Cultura.

Na Câmara dos Deputados, o projeto foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça, que lhe aditou duas emendas, pela Comissão de Legislação Social e pela Comissão de Finanças, que apresentou, ainda, 10 emendas, além de terem sido oferecidas mais 10 emendas em Plenário.

Tendo sido solicitado o pronunciamento da Comissão de Educação e Cultura, este órgão técnico, procurando consubstanciar a matéria contida no projeto original do Senado Federal, com o que dispunham as diversas emendas oferecidas, apresentou um substitutivo, que, aprovado, foi remetido ao exame do Senado Federal.

Nesta Casa do Congresso, a referida emenda substitutiva foi aprovada, sem alterações, pelas Comissões de Constituição e Justiça, de Legislação Social, de Serviço Público Civil e de Finanças.

#### O VETO E SUAS RAZÕES

Por considerar algumas disposições do projeto contrárias aos interesses nacionais, o Sr. Presidente da República vetou-as. Tais disposições são as seguintes:

1) O § 1º do art. 1º:

Assim dispõe o parágrafo vetado:

“§ 1º O provimento dos cargos da série de classes de Técnico de Administração do Serviço Público Federal será privativo, a partir da vigência desta lei, dos diplomados nos cursos de Bacharel de Administração.”

A inclusão deste dispositivo resultou da aprovação da emenda da Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados. Emenda semelhante, autorizada do Deputado Prancelino Pereira, fôra apresentada em Plenário.

Vetando-o, afirma o Sr. Presidente da República que o privilégio que este dispositivo pretende assegurar aos diplomados nos cursos de Bacharel de Administração contraria os interesses nacionais, uma vez que, nos concursos a serem abertos para o provimento desses cargos, se deve permitir o ingresso de todos os profissionais de nível superior e não apenas aos Bacharéis em Administração.

2) No § 2º do art. 1º, as expressões “nos termos do parágrafo 1º” e “até a data da publicação desta lei”.

Está assim redigido, na sua íntegra, com as expressões vetadas sublinhadas, o referido § 2º do art. 1º:

“§ 2º Terão os mesmos direitos e prerrogativas dos bacharéis em Administração, para o provimento dos cargos de Técnico de Administração do Serviço Público Federal, os que hajam sido diplomados no exterior em cursos regulares de administração, após a revalidação dos diplomas no Ministério da Educação e Cultura, bem como os que, embora não diplomados nos termos do § 1º, ou diplomados em outros cursos de ensino superior e médio, contêm cinco anos, ou mais, de atividades próprias ao campo profissional de Técnico de Admi-

nistração, até a data da publicação desta lei".

Este dispositivo parcialmente vetado é originário de subemenda da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados à emenda nº 2, da Comissão de Finanças.

O Sr. Presidente da República vetou as expressões "nos termos do § 1º" a que se refere o § 2º porque, como se sabe, vetara o citado § 1º.

Quanto ao veto das expressões "até a data da publicação desta lei", afirmou que "o seu objetivo é assegurar a possibilidade da nomeação, em qualquer tempo, mediante concurso, nos cargos de técnico de administração do Serviço Público Federal, dos diplomados em outros cursos de ensino superior e médio, que contem cinco anos, ou mais, de atividades próprias ao campo profissional de Técnico de Administração".

3) No artigo 2º, "caput", as expressões "caráter privativo".

O art. 2º, com as expressões vetadas e por nós grifadas, está assim redigido:

"Art. 2º A atividade profissional de Técnico de Administração será exercida como profissão liberal ou não, em caráter privativo, mediante..." seguem-se as funções que compreendem a atividade de Técnico de Administração".

As expressões vetadas já constavam do art. 3º do projeto do Senador Wilson Gonçalves.

Deu-se o Sr. Presidente da República sob alegação de que algumas funções enumeradas no citado art. 2º já são legalmente exercidas por outras categorias profissionais como a dos engenheiros, economistas e contadores.

4) Na alínea "b" do art. 2º, a expressão "específica".

Esta expressão foi assim incorporada ao citado dispositivo, que trata das funções características do Técnico de Administração:

b) pesquisas, estudos, análises, interpretação, planejamento, implantação, coordenação e controle dos trabalhos nos campos da administração específica.

Constava essa expressão vetada do texto da emenda nº 7 da Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal, mas como expressão ligada por conectivo, assim incorporada à alínea b:

"... nos campos de administração geral e da administração específica, como..."

A Câmara dos Deputados eliminou as expressões "de administração geral" mantendo apenas as posteriores "administração específica".

O veto do Sr. Presidente da República ao adjetivo específica modificador do substitutivo "administração" visou, consoante declarou na Mensagem, a esconder o texto de uma impropriedade terminológica, "por isso que os dispositivos dizem respeito à Administração Geral".

5) A alínea "c" do art. 2º: Esta alínea, totalmente vetada, foi a sanção assim redigida:

"c) todos os projetos, pesquisas e análises, delimitadas pela atividade profissional dos Técnicos de Administração, feitos por empresas públicas de economia mista ou privada, com o fim de adquirir financiamento de órgão governamentais, deverão ser de responsabilidade de Técnicos de Administração".

Foi este inciso acrescentado ao projeto pelo substitutivo da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados.

Vetou-se o Sr. Presidente da República, sob fundamento de que não deve ser da exclusiva responsabilidade dos Técnicos de Administração os trabalhos nele mencionados, visto que, para a elaboração de projetos e pesquisas destinados a adquirir financia-

mento de órgãos governamentais se faz necessária, também, a participação de outros técnicos: engenheiros, economistas, contadores, etc.

6) No art. 3º, alínea "c", as expressões "na data da vigência desta lei".

Está assim redigido, integralmente, a citada alínea:

"c) dos que, embora não diplomados nos termos das alíneas anteriores, ou diplomados em outros cursos superiores e de ensino médio, contem na data da vigência desta lei, o (grifo e nosso) cinco anos, ou mais, de atividades próprias ao campo profissional de Técnico de Administração definido no art. 2º.

Da redação final do projeto remetido pelo Senado à Câmara dos Deputados já constava a expressão vetada.

O veto, segundo a Mensagem presidencial, visa a permitir que exerçam a profissão de Técnico de Administração, em qualquer tempo, os diplomados em outros cursos que contem cinco anos, ou mais, de atividades próprias ao campo profissional de Técnico de Administração.

7) No art. 3º, parágrafo único, as expressões "por força do art. 43 da Lei nº 3.720, de 12 de julho de 1950, e art. 64 da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963".

O mencionado parágrafo único está assim redigido, na íntegra:

"Parágrafo único. A aplicação deste artigo não prejudicará a situação dos que, até a data da publicação desta lei, ocupem o cargo de Técnico de Administração, por força do art. 43 da Lei número 3.720, de 12 de julho de 1950, e do art. 64 da Lei nº 4.242, de 17 de junho de 1963, os quais gozaram de todos os direitos, prerrogativas estabelecidas neste diploma legal".

O acréscimo deste parágrafo decorreu da aprovação da emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados.

Incorporando ao seu substitutivo, a Comissão de Educação e Cultura dessa mesma casa do Congresso declarou que "nosso Direito vem consagrando a praxe de, ao se regulamentar o exercício de nova profissão, ressaltar os direitos dos que já vinham exercendo cargos para cujo provimento se vai estabelecer nova exigência".

O veto das citadas expressões, constantes do parágrafo acima referido, visa, segundo alega o Sr. Presidente da República, a evitar interpretações restritivas, divorciadas da finalidade do dispositivo.

8) No art. 4º, "caput", as expressões "paraestatal" de economia mista inclusive bancos de que sejam acionistas os governos Federal ou Estaduais, nas empresas sob intervenção governamental ou nas concessionárias de serviço público".

O dispositivo, cujas expressões referidas foram vetadas, é originário do projeto do Senado, tendo sido a ele incorporado em virtude da aprovação da emenda da Comissão de Educação e Cultura.

Justificando a medida, este órgão técnico do Senado afirmou que é natural que se exija para o provimento dos cargos técnicos de administração, no âmbito do Estado, a apresentação de documentos que comprove a satisfação das características apontadas.

No veto após aquelas expressões, o Sr. Presidente da República declarou que, parece inconveniente ou pelo menos prematuro estabelecer-se a obrigatoriedade da apresentação de diploma de Bacharel em Administração para o provimento e exercício de cargos nas entidades paraestatais, sociedades de economia mista, bancos oficiais, empresas sob intervenção governamental e concessionárias de serviços públicos, visto ser ainda recente

no Brasil o ensino superior de Administração.

9) No art. 5º, a expressão "específica".

Este artigo assim dispõe:

"Art. 5º Aos bacharéis em Administração é facultada a inscrição nos concursos para provimento das cadeiras de Administração específica, existentes em qualquer ramo de ensino técnico ou superior e nas dos cursos de administração".

Também esta disposição, inclusive com a expressão vetada, foi de iniciativa da Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal.

Vetou-a o Sr. Presidente da República, alegando que é preciso possibilitar, também, aos bacharéis em Administração a inscrição nos concursos para provimento das cadeiras de Administração Geral.

10) O § 1º do art. 15: A redação deste parágrafo é a seguinte:

"§ 1º As empresas ou entidades que empregarem mais de cem trabalhadores ficam obrigadas a registrar a estrutura de sua organização nos C.R.T.A., para fim de fiscalização do exercício profissional de Técnico de Administração".

Este dispositivo já constava, textualmente, do projeto inicial do Senador Wilson Gonçalves.

O veto presidencial visou suprimir aquela exigência constante do parágrafo, por considerá-la uma intervenção injustificada na economia interna das empresas as quais compete, ainda, manter a sua estrutura em caráter sigiloso.

11) No § 2º do art. 15, as expressões "e o parágrafo 1º".

Como observa a Mensagem presidencial, o veto dessas expressões é resultante do veto ao § 1º do art. 15.

12) O § 1º do art. 16:

E a seguinte a redação do parágrafo vetado:

"§ 1º Provada a conveniência das empresas, entidades, firmas individuais, nas infrações desta lei, praticadas pelos profissionais delas dependentes, serão, também passíveis das multas previstas".

Também a redação textual desse dispositivo vetado já constava do projeto do Senador Wilson Gonçalves, figurando como § 1º do seu art. 14.

O Sr. Presidente propôs o veto a essa disposição, por julgar que ela extravasava da destinação específica do projeto, porquanto admite a ingerência dos Conselhos Regionais de Técnicos de Administração nas empresas onde esses profissionais exerçam suas atividades.

## CONCLUSÃO

O veto foi apostado dentro do prazo previsto na Constituição Federal, tendo a fundamentação motivo exigido pela mesma Carta Magna. Contando, assim, com elementos de apreciação, está o Congresso Nacional em condições de pronunciar-se sobre a resolução do Sr. Presidente da República.

— Sala das Comissões, em 12 de outubro de 1965. — *Silvestre Péries*, Presidente. — *Wilson Gonçalves*, Relator. — *Martins Júnior* — *Wilson Roriz* — *João Alves* — *Hermes Macedo*.

## MENSAGEM

Nº 388, de 1965

(Nº 727/65, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, no uso das

atribuições que me conferem os artigos 70, § 1º e 87, II, da Constituição Federal, resolvi vetar, parcialmente, o Projeto de Lei da Câmara número 2.287-64 (no Senado nº 174-63), que dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico de Administração, e dá outras providências.

Incide o veto sobre as seguintes partes, que considero contrárias aos interesses nacionais:

1) O § 1º do art. 1º.

Razões:

O privilégio para ingresso nos cargos de Técnico de Administração no Serviço Público Federal que o § 1º do artigo 1º pretende assegurar aos diplomados nos cursos de Bacharel em Administração é contrário aos interesses da Administração. Nos concursos a serem abertos para o provimento desses cargos deve-se permitir o ingresso de todos os profissionais de nível superior e não apenas dos Bacharéis em Administração. Somente benefícios trará para a Administração Pública a possibilidade de ampliar o campo de recrutamento para os cargos administrativos do mais alta nível, para os quais conhecimentos e experiências diversas devem ser requeridos.

2) No § 2º do art. 1º, as expressões "nos termos do parágrafo 1º" e "até a data da publicação desta lei".

Razões:

O veto das expressões "nos termos do § 1º", resulta do veto do parágrafo mencionado. Quando ao veto das expressões "até a data da publicação desta lei", o seu objetivo é assegurar a possibilidade da nomeação, em qualquer tempo, mediante concurso, nos cargos de Técnico de Administração do Serviço Público Federal, dos diplomados em outros cursos de ensino superior e médio, que contem cinco anos, ou mais, de atividades próprias ao campo profissional de Técnico de Administração.

3) No artigo 2º, "caput", as expressões "em caráter privativo".

Razões:

O veto a essas expressões é indispensável, uma vez que, entre os trabalhos enumerados como a característicos das atividades profissionais dos Técnicos de Administração, incluem-se alguns que já são legalmente exercidos por outras categorias profissionais como a dos engenheiros, economistas e contadores.

4) Na alínea "b" do artigo 2º, a expressão "específica".

Razões:

O veto a essa expressão que adjetiva o substantivo "administração", é imprescindível, a fim de esconder o texto de uma impropriedade terminológica, por isso que os dispositivos dizem respeito à Administração Geral, conforme se comprova da exemplificação constante da própria alínea b do artigo 2º.

5) A alínea "c" do artigo 2º.

Razões:

Impõe-se o veto integral à alínea c do artigo 2º, pois é inaceitável tornar-se da exclusiva responsabilidade dos Técnicos de Administração os projetos, pesquisas e análises, feitos por empresas públicas de economia mista ou privada, com o fim de adquirir financiamento de órgãos governamentais. Para a elaboração de tais projetos é indispensáveis e primordial a participação de outros técnicos: engenheiros, economistas, contadores, estatísticos, etc., sendo a participação do técnico de administração bastante limitada, no caso.

6) No artigo 3º, alínea "c", as expressões "na data da vigência desta lei".

**Razões:**

O veto dessas expressões visa permitir que exerçam a profissão de Técnico de Administração, em qualquer tempo, os diplomados em outros cursos superiores e de ensino médio que contem cinco anos, ou mais, de atividades próprias no campo profissional de Técnico de Administração.

7) No artigo 3º, § único, as expressões "por força do artigo 43 da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960, e artigo 64 da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963".

**Razões:**

O veto dessas expressões visa evitar interpretações restritivas, inteiramente divorciadas da finalidade do dispositivo, que é a de resguardar a situação dos atuais ocupantes dos cargos de Técnicos de Administração.

8) No art. 4º, "caput", as expressões "paraestatais, de economia mista, inclusive bancos de que sejam acionistas os Governos Federal e Estaduais, nas empresas sob intervenção governamental ou nas concessionárias de serviços públicos".

**Razões:**

Embora aceitável, em princípio, que seja obrigatório, para o provimento e exercício dos cargos de Técnico de Administração, na Administração Pública, inclusive autárquica, a apresentação de diploma de Bacharel em Administração, parece inconveniente ou pelo menos prematuro, estabelecer-se a mesma obrigatoriedade para as entidades paraestatais, empresas sob intervenção governamental e concessionárias de serviços públicos. O ensino superior de Administração é ainda recente em nosso país e nem todas as Universidades mantêm com caráter regular os cursos respectivos. Deve-se aguardar a ampliação desses cursos, a melhoria de suas condições de funcionamento e a existência de um maior número de diplomados em Administração para que se comece a obrigar as maiores empresas do país, ou sejam as enumeradas no artigo 4º, a aceitar compulsoriamente os Bacharéis em Administração nos seus quadros de direção.

9) No artigo 5º, a expressão "específica".

**Razões:**

O veto a essa expressão visa possibilitar aos Bacharéis em Administração a inscrição nos concursos para provimento das cadeiras, não só de Administração específica, como de Administração geral.

10) O § 1º do artigo 15.

**Razões:**

Esse veto visa suprimir uma exigência, sem dúvida inconveniente, qual seja a das empresas ou entidades, que empregarem mais de cem trabalhadores, de registrarem obrigatoriamente a estrutura de sua organização nos CRTA, para fins de fiscalização do exercício profissional de Técnico de Administração. Representa o dispositivo uma intervenção injustificada na economia interna das empresas as quais compete estabelecer a estrutura mais adequada à realização de suas finalidades e, quando conveniente, manter em caráter sigiloso essa estrutura.

11) No § 2º do artigo 15, as expressões "e o parágrafo 1º".

**Razões:**

O veto dessas expressões é resultante do veto do § 1º do artigo 15.

12) O § 1º do artigo 16.

**Razões:**

Esse artigo, cujo veto integral se propõe, extravasa de destinação específica do projeto, porquanto admite a ingerência dos Conselhos Regionais

de Técnicos de Administração nas empresas onde esses profissionais exerçam suas atividades. Isso porque a ação daqueles órgãos deve se exercer, exclusivamente, sobre os profissionais, disciplinando-lhes o exercício profissional e punindo-os pelas infrações cometidas.

São estas as razões que me levaram a vetar, parcialmente, o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, em 9 de setembro de 1963.  
— H. Castello Branco.

**PROJETO A QUE SE REFERE O VETO**

*Dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico de Administração, e dá outras providências.*

Art. 1º O Grupo da Confederação Nacional das Profissões Liberais, constante do Quadro de Atividades e Profissões, anexo à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, é acrescido da categoria profissional de Técnico de Administração.

§ 1º O provimento dos cargos da série de classes de Técnico de Administração do Serviço Público Federal será privativo, a partir da vigência desta lei, dos diplomados nos cursos de Bacharel em Administração.

§ 2º Terão os mesmos direitos e prerrogativas dos Bacharéis em Administração, para o provimento dos cargos de Técnico de Administração do Serviço Público Federal, os que hajam sido diplomados no exterior, em cursos regulares de administração, após a revalidação dos diplomas no Ministério da Educação e Cultura, bem como os que, embora não diplomados, nos termos do § 1º, ou diplomados em outros cursos de ensino superior e médio, contem cinco anos, ou mais, de atividades próprias ao campo profissional de Técnico de Administração, até à data da publicação desta lei.

Art. 2º A atividade profissional de Técnico de Administração será exercida, como profissão liberal ou não, em caráter privativo, mediante:

a) pareceres, relatórios, planos, projetos, arbitragens, laudos, assessoria em geral, chefia intermediária, direção superior;

b) pesquisas, estudos, análise, interpretação, planejamento, implantação, coordenação e controle dos trabalhos nos campos da administração específica, como administração e seleção de pessoal, organização e métodos, orçamentos, administração de material, administração financeira, relações públicas, administração mercadológica, administração de produção, relações industriais, bem como outros campos em que esses se desdobrem ou aos quais sejam conexos;

c) todos os projetos, pesquisas e análises, delimitados pela atividade profissional dos Técnicos de Administração, feitos por empresas públicas de economia mista ou privada, com o fim de adquirir financiamentos de órgãos governamentais, deverão ser de responsabilidade dos Técnicos de Administração.

Art. 3º O exercício da profissão de Técnico de Administração é privativo:

a) dos Bacharéis em Administração Pública ou de Empresas, diplomados no Brasil, em cursos regulares de ensino superior, oficial, oficializado ou reconhecido, cujo currículo seja fixado pelo Conselho Federal de Educação, nos termos da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961;

b) dos diplomados no exterior, em cursos regulares de Administração, após a revalidação do diploma no Ministério da Educação e Cultura, bem como dos diplomados, até à fixação do referido currículo, por cursos de

bacharelado em Administração, devidamente reconhecidos;

c) dos que, embora não diplomados nos termos das alíneas anteriores, ou diplomados em outros cursos superiores e de ensino médio, contem, na data da vigência desta lei, cinco anos, ou mais, de atividades próprias no campo profissional de Técnico de Administração definido no art. 2º.

Parágrafo único. A aplicação deste artigo não prejudicará a situação dos que, até a data da publicação desta lei, ocupem o cargo de Técnico de Administração, por força do art. 43 da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960, e do art. 64 da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963, os quais gozarão de todos os direitos e prerrogativas estabelecidos neste diploma legal.

Art. 4º Na administração pública autárquica, paraestatal, de economia mista, inclusive bancos de que sejam acionistas os Governos Federal ou Estaduais, nas empresas sob intervenção governamental ou nas concessionárias de serviço público, é obrigatória, a partir da vigência desta lei, a apresentação de diploma de Bacharel em Administração, para o provimento e exercício de cargos técnicos de administração, ressalvados os direitos dos atuais ocupantes de cargos de Técnico de Administração.

§ 1º Os cargos técnicos a que se refere este artigo serão definidos no regulamento da presente lei, a ser elaborado pela Junta Executiva, nos termos do art. 18.

§ 2º A apresentação do diploma não dispensa a prestação de concurso, quando exigido para o provimento do cargo.

Art. 5º Aos bacharéis em Administração é facultada a inscrição nos concursos, para provimento das cadeiras de Administração específica, existentes em qualquer ramo do ensino técnico ou superior, e nas dos cursos de Administração.

Art. 6º São criados o Conselho Federal de Técnicos de Administração (C.F.T.A.) e os Conselhos Regionais de Técnicos de Administração (C.R.T.A.), constituindo em seu conjunto uma autarquia dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia técnica, administrativa e financeira, vinculada ao Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Art. 7º O Conselho Federal de Técnicos de Administração, com sede em Brasília, Distrito Federal, terá por finalidade:

a) propugnar por uma adequada compreensão dos problemas administrativos e sua racional solução;

b) orientar e disciplinar o exercício da profissão de Técnico de Administração;

c) elaborar seu regimento interno;

d) dirimir dúvidas suscitadas nos Conselhos Regionais;

e) examinar, modificar e aprovar os regimentos internos dos Conselhos Regionais;

f) julgar, em última instância, os recursos de penalidades impostas pelos C.R.T.A.;

g) votar e alterar o Código de Deontologia Administrativa, bem como zelar pela sua fiel execução, ouvidos os C.R.T.A.;

h) aprovar anualmente o orçamento e as contas da autarquia;

i) promover estudos e campanhas em prol da racionalização administrativa do País.

Art. 8º Os Conselhos Regionais de Técnicos de Administração (C.R.T.A.), com sede nas Capitais dos Estados e no Distrito Federal, terão por finalidade:

a) dar execução às diretrizes formuladas pelo Conselho Federal de Técnicos de Administração;

b) fiscalizar, na área da respectiva jurisdição, o exercício da profissão de Técnico de Administração;

c) organizar e manter o registro de Técnicos de Administração;

d) julgar as infrações e impor as penalidades referidas nesta lei;

e) expedir as carteiras profissionais dos Técnicos de Administração;

f) elaborar o seu regimento interno para exame e aprovação pelo C.F.T.A.

Art. 9º O Conselho Federal de Técnicos de Administração compor-se-á de brasileiros natos ou naturalizados, que satisfaçam as exigências desta lei, e terá a seguinte constituição:

a) nove membros efetivos, eleitos pelos representantes dos sindicatos e das associações profissionais de Técnicos de Administração, que, por sua vez, elegerão dentre si o seu Presidente;

b) nove suplentes eleitos juntamente com os membros efetivos.

Parágrafo único. Dois terços, pelo menos, dos membros efetivos, assim como dos membros suplentes, serão necessariamente bacharéis em Administração, salvo nos Estados em que, por motivos relevantes, isso não seja possível.

Art. 10. A renda do C.F.T.A. é constituída de:

a) vinte por cento (20%) da renda bruta dos C.R.T.A., com exceção dos legados, doações ou subvenções;

b) doações e legados;

c) subvenções dos Governos Federal, Estaduais e Municipais, ou de empresas e instituições privadas;

d) rendimentos patrimoniais;

e) rendas eventuais.

Art. 11. Os C.R.T.A. serão constituídos de nove membros, eleitos da mesma forma estabelecida para o órgão federal.

Art. 12. A renda dos C.R.T.A. será constituída de:

a) oitenta por cento (80%) da anuidade estabelecida pelo C.F.T.A. e revalidada trienalmente;

b) rendimentos patrimoniais;

c) doações e legados;

d) subvenções e auxílios dos Governos Federal, Estaduais e Municipais, ou, ainda, de empresas e instituições particulares;

e) provimento das multas aplicadas;

f) rendas eventuais.

Art. 13. Os mandatos dos membros do C.F.T.A. e os dos membros dos C.R.T.A. serão de 3 (três) anos, podendo ser renovados.

§ 1º Anualmente, far-se-á a renovação do terço dos membros do C.F.T.A. e dos C.R.T.A.

§ 2º Para os fins do parágrafo anterior, os membros do C.F.T.A. e dos C.R.T.A., na primeira eleição que se realizar nos termos da presente Lei, terão 3 (três), o mandato de 1 (um) ano, 3 (três), o de 2 (dois) anos, e 3 (três), mandato de 3 (três) anos.

Art. 14. Só poderão exercer a profissão de Técnico de Administração os nos C.R.T.A., pelos quais será expedida, devidamente registrados, dada a carteira profissional.

§ 1º A falta do registro torna ilegal, punível, o exercício da profissão de Técnico de Administração.

§ 2º A carteira profissional servirá de prova para fins de exercício profissional, de carteira de identidade, e terá fé em todo o território nacional.

Art. 15. Serão obrigatoriamente registrados nos C.R.T.A. as empresas entidades e escritórios técnicos que explorem, sob qualquer forma, atividades do Técnico de Administração, enunciadas nos termos desta Lei.

§ 1º As empresas ou entidades que empregarem mais de cem trabalhadores ficam obrigadas a registrar a estrutura de sua organização nos CRTA.



para fins de fiscalização do exercício profissional de Técnico de Administração.

§ 2º O registro a que se referem este artigo e o § 1º será feito gratuitamente pelos C.F.T.A.

Art. 16. Os Conselhos Regionais de Técnicos de Administração aplicarão penalidades aos infratores dos dispositivos desta Lei, as quais poderão ser:

a) multa de 5% (cinco por cento) a 50% (cinquenta por cento) do maior salário-mínimo vigente no País aos infratores de qualquer artigo;

b) suspensão de seis meses a um ano ao profissional que demonstrar incapacidade técnica no exercício da profissão, assegurando-lhe ampla defesa;

c) suspensão, de um a cinco anos, ao profissional que, no âmbito de sua atuação, for responsável, na parte técnica, por falsidade de documento, ou por dolo, em parecer ou outro documento que assinar.

§ 1º Provada a convivência das empresas, entidades, firmas individuais, nas infrações desta Lei, praticadas pelos profissionais delas dependentes, serão essas também passíveis das multas previstas.

§ 2º No caso de reincidência da mesma infração, praticada dentro do prazo de cinco anos, após a primeira, além da aplicação da multa em dobro, será determinado o cancelamento do registro profissional.

Art. 17. Os Sindicatos e Associações Profissionais de Técnicos de Administração cooperarão com o C.F.T.A. para a divulgação das modernas técnicas de administração, no exercício da profissão.

Art. 18. Para promoção das medidas preparatórias à execução desta Lei, será constituída por decreto do Presidente da República, dentro de 30 dias, uma Junta Executiva integrada de dois representantes indicados pelo DASP, ocupantes de cargo de Técnico de Administração, de dois bacharéis em Administração, indicados pela Fundação Getúlio Vargas; de três bacharéis em Administração, representantes das Universidades que mantenham curso superior de Administração, um dos quais indicado pela Fundação Universidade de Brasília e os outros dois por indicação do Ministério da Educação.

Parágrafo único. Os representantes de que trata este artigo serão indicados ao Presidente da República em lista dupla.

Art. 19. A Junta Executiva de que trata o artigo anterior caberá:

a) elaborar o projeto de regulamentação da presente Lei e submetê-lo à aprovação do Presidente da República;

b) proceder ao registro, como Técnico de Administração, dos que o requererem, nos termos do art. 3º;

c) estimular a iniciativa dos Técnicos de Administração na criação de associações profissionais e sindicatos;

d) promover, dentro de 180 (cento e oitenta) dias, a realização das primeiras eleições para a formação do Conselho Federal de Técnicos de Administração (C.F.T.A.) e dos Conselhos Regionais de Técnicos de Administração (C.R.T.A.).

§ 1º Será direta a eleição de que trata a alínea d deste artigo, nela votando todos os que forem registrados, nos termos da alínea b.

§ 2º Ao formar-se o C.F.T.A., será extinta a Junta Executiva, cujo acervo e cujos cadastros serão por ele absorvidos.

Art. 20. O disposto nesta Lei só se aplicará aos serviços municipais. As

empresas privadas e às autarquias e sociedades de economia mista dos Estados e Municípios, após comprovação pelos Conselhos Técnicos de Administração, da existência, nos Municípios em que esses serviços, empresas, autarquias ou sociedades de economia mista tenham sede, de técnicos legalmente habilitados, em número suficiente para o atendimento nas funções que lhes são próprias.

Art. 21. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 22. Revogam-se as disposições em contrário.

### DISPOSITIVO VETADO

1) O Parágrafo 1º do artigo 1º.  
2) no parágrafo 2º do artigo 1º, as expressões: "nos termos do parágrafo 1º" e "até a data da publicação desta Lei".

3) No artigo 2º "caput", as expressões: "em caráter privativo".

4) Na alínea "b" do artigo 2º, a expressão: "específica".

5) A alínea "c" do artigo 2º.

6) No artigo 3º, alínea "c", as expressões "na data de vigência desta Lei".

7) No artigo 3º, parágrafo único, as expressões: "por força do artigo 43 da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960, e artigo 64 da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963".

8) No artigo 4º "caput", as expressões: paraestatal, de economia mista, inclusive bancos de que sejam acionista os Governos Federal e Estaduais, nas empresas sob intervenção governamental ou nas concessionárias de serviços públicos".

9) No artigo 5º, a expressão: "específica".

10) O parágrafo 1º do artigo 15.

11) No parágrafo 2º do artigo 15, as expressões: "e o parágrafo 1º".

12) O parágrafo 1º do artigo 16.

### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Destina-se esta sessão conjunta à apreciação do veto oposto pelo Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei nº 179 de 1963 no Senado e nº 2.287-64 na Câmara, que regula o exercício da profissão de Técnico de Administração. Trata-se de veto parcial. Foram atingidas doze partes.

A discussão será em conjunto. Nesta sessão serão votadas as seis primeiras disposições, de acordo com os avulsos da Ordem do Dia, sendo utilizadas seis cédulas, colocadas numa só sobrecarta.

Em discussão a matéria vetada. Não havendo quem peça a palavra, encerrarei a discussão. (Pausa).

Está encerrada.

A votação far-se-á do Sul para o Norte. Primeiro votarão os representantes dos Territórios; em seguida os dos Estados. Por fim os membros da Mesa.

(Procede-se à chamada).

Respondem à chamada e votam

os Srs. Senadores:  
Adalberto Sena  
José Guimard  
Oscar Passos  
Vivaldo Lima  
Edmundo Levi  
Arthur Virgílio  
Zacharias de Assumpção  
Eugênio Barros  
Sebastião Archer  
Joaquim Parente  
Siegfredo Pacheco  
José Cândido  
Menezes Pimentel  
Wilson Gonçalves  
Dix-Huit Rosado  
Dinarte Mariz  
Walfredo Gureel

João Agripino  
Barros Carvalho  
Pessoa de Queiroz  
Sivestre Péricles  
Rui Palmeira  
Arnon de Melo  
Heribaldo Vieira  
Júlio Leite  
José Leite  
Eduardo Catalão  
Josaphat Marinho  
Jefferson Marinho  
Eurico Rezende  
Raul Giuberti  
Vasconcelos Torres  
Aurélio Vianna  
Milton Campos  
Benedicto Valladares  
Nogueira da Gama  
Lino de Matos  
Moura Andrade  
João Abrahão  
Pedro Ludovico  
Bezerra Neto  
Adolpho Franco  
Mello Braga  
Antônio Carlos  
Atílio Fontana  
Guido Mondin  
Daniel Krieger  
Mem de Sá

E os Srs. Deputados

Acre

Altino Machado  
Armando Leite  
Geraldo Mesquita  
Jorge Kalume  
Mário Maia  
Rui Lino  
Wanderley Danta;

Amazonas

Djalma Passos  
José Esteves  
Leopoldo Peres  
Wilson Calmon — (23-1-66)  
Antunes Oliveira

Pará

Adriano Gonçalves — (9-11-65).  
Burlamaqui de Miranda  
Gilberto Campelo Azevedo  
Lopo de Castro  
Stélio Maroja  
Waldemar Guimarães

Maranhão

Alexandre Costa  
Cid Carvalho  
Clodomir Millet  
Eurico Ribeiro  
Henrique La Rocque  
Ivar Saldanha  
Joel Barbosa  
José Sarney  
Lister Caldas  
Luiz Coelho  
Mattos Carvalho  
Pedro Braga

Piauí

Chagas Rodrigues  
Dyrno Pires  
Gayoso e Almendra  
Heitor Cavalcanti  
João Mendes Olímpio  
Moura Santos

Ceará

Alfredo Barreira (22-11-65)  
Alvaro Lins  
Dager Silveira (22-10-65)  
Edilson Melo Távora  
Esmerino Arruda  
Euclides Wicar  
Flávio Marçilio  
Francisco Adeodato  
Furtado Leite  
Leão Sampaio  
Laurenço Colares (10-12-65)  
Martins Rodrigues  
Oziris Pontes  
Perilo Teixeira (19-11-65)  
Paulo Sarasate  
Ubirajara Ceará (28-12-65)

Rio Grande do Norte  
Odilon Ribeiro Coutinho  
Paraíba

Flaviano Ribeiro  
Humberto Lucena  
Jandui Carneiro  
João Fernandes  
Luiz Bronzeado  
Plínio Lemos

Pernambuco

Aderbal Jurema  
Alde Sampaio  
Andrade Lima Filho  
Arruda Câmara  
Augusto Novaes  
Aurino Valois  
Bezerra Leite  
Costa Cavalcanti  
Dias Lins  
Geraldo Guedes  
João Cleofas  
Luiz Pereira  
Magalhães Melo  
Milvernes Lima  
Nilo Coelho  
Oswaldo Lima Filho  
Souto Maior  
Tabosa de Almeida

Alagoas

Abraão Moura  
Medeiros Neto  
Oceano Carleial  
Oséas Cardoso  
Pereira Lúcio  
Segismundo Andrade

Sergipe

Arnaldo Garcez  
José Carlos Teixeira  
Lourival Batista  
Machado Rollemberg  
Walter Batista

Bahia

Aloysio Short — (4-12-65)  
Antonio Carlos Magalhães  
Aloisio de Castro  
Cícero Dantas  
Edgard Pereira  
Edvaldo Flores — (4-12-65)  
Gastão Pedreira  
Heitor Dias  
Henrique Lima  
Josaphat Borges  
Luna Freire  
Manoel Novaes  
Mario Piva  
Necy Novaes  
Oliveira Brito  
João Alves  
Pedro Catalão  
Raimundo Brito  
Ruy Santos  
Teódulo de Albuquerque  
Tourinhos Dantas  
Vasco Filho  
Vieira de Melo  
Wilson Falcão

Espírito Santo

Dirceu Cardoso  
Dulcino Monteiro  
Florianio Rubin  
Gil Veloso  
Oswaldo Zanelo  
Raymundo de Andrade

Rio de Janeiro

Ario Teodoro  
Bernardo Bello  
Carlos Werneck  
Daso Coimbra  
Geremias Fontes  
Glênio Martins  
Josemaria Ribeiro  
Raymundo Padilha  
Roberto Saturnino  
Rely Ribeiro  
Guanabara  
Afonso Arinos Filho (M.E.)  
Allomar Baleeiro  
Arnaldo Nogueira  
Aureo Melo

Baeta Neves  
Benjamin Farah  
Breno da Silveira  
Cardoso de Menezes  
Eurico Oliveira  
Expedito Rodrigues  
Hamilton Nogueira  
Jamil Amidon  
Mendes de Moraes  
Noronha Filho  
Waldir Simões

#### Minas Gerais

Abel Rafael  
Aminas de Barros  
Bento Gonçalves  
Bias Fortes  
Celso Murta  
Celso Passos  
Francelino Pereira  
Dnar Mendes  
Cyro Maciel  
Francelino Pereira  
Geraldo Freire  
Guilhermino de Oliveira  
Horácio Bethônico  
Jaeder Albergaria  
João Hercúlio  
José Bonifácio  
José Humberto (S.E.)  
Mancel de Almeida  
Milton Reis  
Manoel Tavares  
Nogueira de Rezende  
Ormeo Botelho  
Ovídio de Abreu  
Ozanam Coelho  
Padre Nobre  
Padre Vidigal  
Paulo Freire  
Pedro Aleixo  
Simão da Cunha  
Último de Carvalho  
Walter Passos

#### São Paulo

Adrião Bernardes  
Alceu de Carvalho  
Aniz Badra  
Antônio Feliciano  
Athé Coury  
Campos Vergal  
Celso Amaral  
Condeixa Filho — (SE)  
Cunha Bueno  
Derville Alegratti  
Ewaldo Pinto

Franco Montoro  
Hury Normaton  
Hamilton Prado  
Hélio Maghzenan  
Henrique Turner  
Herbert Levy  
Italo Pittipaldi (S.E.)

José Barbosa  
José Menck  
José Resegue  
Lacôrte Vitale  
Lauro Cruz  
Lino Morganti  
Mario Covas  
Maurício Goulart  
Nicolau Tuma  
Pacheco Chaves  
Pedro Marão  
Pedroso Júnior  
Pinheiro Brisolli  
Plínio Salgado  
Sussumu Hirata  
Teófilo Andrade  
Tufy Nassif  
Ulysses Guimarães  
Yukishigue Tamura  
Goiás  
Anísio Rocha  
Benedito Var  
Castro Costa  
Celestino Filho  
Emival Calado  
Geraldo de Pin  
Haroldo Duarte  
Jales Machado  
José Freire  
Ludovico de Almeida  
Peixoto da Silveira  
Rezende Monteiro

#### Mato Grosso

Correa da Costa  
Edison Garcia  
Miguel Marcondes  
Rachid Mamed  
Saldanha Derzi  
Wilson Martins

#### Paraná

Antônio Annibelli  
Antônio Baby  
Braga Ramos  
Elias Nacle  
Emílio Gomes  
Fernando Gama  
Ivan Luz  
Jorge Curi  
João Richa

Lyrlo Bertolli  
Maia Neto  
Mário Gomes  
Miguel Buffara  
Minoru Miyamoto  
Plínio Costa  
Rafael Rezende  
Renato Celidônio  
Wilson Chedid  
Zacarias Saleme

#### Santa Catarina

Albino Zeni  
Antônio Almeida  
Aroldo Carvalho  
Carmo de Loyola  
Dionício de Freitas  
Doutel de Andrade  
Laerte Vieira  
Lenoir Vargas  
Orlando Bertoli  
Osni Régis  
Pedro Zimmermann

#### Rio Grande do Sul

Adílio Viana  
Afonso Anschau  
Antônio Bresolin  
Ary Alcântara  
Brito Velho  
Cesar Prieto  
Croacy de Oliveira  
Euclides Triches  
Flôres Soares  
Florêncio Paixão  
Jairo Brum  
José Mandelli  
Lino Braun  
Luciano Machado  
Marcial Terra  
Matheus Schmidt  
Milton Cassel  
Norberto Schmid  
Osmar Grafulha  
Peracchi Barcelos  
Raul Pila  
Ruben Aizer  
Tarso Dutra  
Unirio Machado  
Zaire Nunes

#### Amapá

Janary Nunes

#### Rondônia

Hegel Morhy

#### Roraima

Francisco Elesbão — (285)

#### O SR. PRESIDENTE:

(Adalberto Sena) — Responderam à chamada e votaram 48 Srs. Senadores e 285 Srs. Deputados, num total de 333 Srs. Congressistas, número que coincide com o de sobrecartas encontradas na urna.

Val-se proceder à apuração. Convido para servirem de escrutinadores os Senhores Deputados José Mandelli e Francisco Elesbão.  
(Procede-se à apuração).

(Adalberto Sena) — Está concluída a apuração, que acusa o seguinte resultado:

Cédula 1 — § 1º do art. 1º (totalidade) Do § 2º do art. 1º, as palavras: "nos termos do § 1º"

Sim — 130 votos.

Não — 192 votos.

Em Branco 11.

Cédula 2 — Do § 2º do art. 1º, as palavras: "até a data da publicação desta Lei".

Sim 149 votos.

Não 172 votos.

Em Branco — 12 votos.

Cédula 3 — Do art. 2º, caput, as palavras: "em caráter privativo".

Sim 82 votos.

Não — 239 votos.

Em Branco — 12 votos.

Cédula 4 — Da alínea b do artigo 2º, a palavra: "espécie"

Sim — 82 votos.

Não 242 votos.

Em Branco 10 votos.

Cédula 5 — Alínea c do art. 2º (totalidade).

Sim — 82 votos.

Não — 242 votos.

Em Branco 9 votos.

Cédula 6 — Da alínea c do art. 3º, as palavras: "na data da vigência desta Lei".

Sim — 314 votos.

Não — 3 votos.

Em Branco — 16 votos.

Declaro mantidos os vetos correspondentes às cédulas ns. 1 a 5, e rejeitado o referente à cédula 6.

Está encerrada a sessão.

Encerra-se a sessão às 23 horas e 29 minutos.

**PÁGINA ORIGINAL EM BRANCO**

CONAR 45 JARISIRO ANITA

PREÇO DESTA NÚMERO CR\$ 1